

A utopia pragmática de Celso Furtado – o futuro possível

Niemeyer Almeida Filho¹

Resumo: o artigo trata dos últimos escritos de Celso Furtado. Há uma caracterização, a partir deles, do que seria uma marca de sua obra: a utopia pragmática. Além disto, há o desenvolvimento de uma possível explicação para o pouco uso da obra do autor nos cursos de desenvolvimento sócio-econômico, seu tema predileto. A explicação tem a ver com a amplitude do seu pensamento em comparação com o seu relativamente menor esforço de formalização, esta considerada indispensável ao padrão da pós-graduação em economia em vigor no Brasil.

Palavras-chave: Celso Furtado; desenvolvimento brasileiro; pensamento de Celso Furtado

Abstract: the article treats of Celso Furtado's last writings. There is a characterization, starting from them, of what would be a mark of his work: the pragmatic Utopia. Besides, there is a development of a possible explanation for the little use of the author's work in the courses of socioeconomic development, his favorite theme. The explanation is linked to the amplitude of his thought in comparison with a relatively smaller formalized effort, this considered indispensable for the pattern of the post graduation system in Economy in Brazil.

Key-words: Celso Furtado; Brazilian development; Celso Furtado's thoughts

Código JEL: O10

Dentre aqueles que se debruçam sobre o processo histórico é comum a idéia de que se “enxerga melhor de longe”, pois os fenômenos sociais, as conjunturas, são mais bem percebidos quando os seus determinantes mais profundos e não imediatamente visíveis ganham consistência e “amadurecimento”. A dissolução do Socialismo Soviético no último quartel do século passado vem sendo cada vez mais bem entendida, sobretudo quanto aos seus efeitos sobre o capitalismo global. Da mesma forma, no nosso plano interno nacional, cada vez se compreende melhor a guinada nos rumos do desenvolvimento que ocorreu no período dos dois mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso. Esta parece ser uma regra do pensamento social.

Contudo, há interpretes que fogem a essa regra, conseguindo apreender os processos quando eles ainda estão em curso. Marx é o exemplo mais vivo dessa capacidade, embora ele mesmo tenha afirmado uma frase que se tornou famosa – “a anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco”² –, referindo-se aos processos de evolução humana de longa duração para sustentar que se entende melhor um modo de produção quando ele é superado por um outro superior. Mas há exemplos igualmente relevantes no que seria o campo da economia

¹ Professor Associado do IE-UFU.

² Marx, K ([1951] 1983) **Contribuição para uma crítica da economia política**. São Paulo: Fontes. Pag. 223.

como Keynes, ao antecipar circunstâncias que vieram a configurar a perversidade do capitalismo desregulado que hoje observamos³. E há, no Brasil, Celso Furtado⁴.

Celso Furtado, interessante constatar isto, não tem o status acadêmico de um grande teórico no campo da economia. Tampouco ocupa um lugar de destaque nos novos programas da disciplina de desenvolvimento sócio-econômico, mesmo em escolas consideradas heterodoxas. Certamente, o seu “Formação Econômica do Brasil” continua a ser amplamente utilizado, o que é comprovado pelo número de reedições do livro⁵, mas apenas nas disciplinas de histórica econômica. Segundo Luís Carlos Bresser-Pereira e José Márcio Rego, a partir dos anos 1970, Celso Furtado passou à categoria de clássico, como um autor indispensável para compreender o Brasil. Mas não como referência para aquilo que foi a sua marca: pensar o Brasil para construir o seu futuro.

Desta marca vem uma característica pessoal que foi apreendida num capítulo de uma coletânea em sua homenagem: “o seu imperturbável otimismo” diante de um contexto histórico adverso às suas idéias.

... não deixa de causar estranheza o imperturbável otimismo de nosso autor quanto às possibilidades de o País vir a completar sua construção como Nação. Como vimos, é só muito recentemente que o desalento dá o tom de suas considerações. Se ele tivesse levado ao pé da letra suas próprias descobertas e as conseqüências que dela derivam, teria sido um pessimista convicto. Mas Furtado não foi só interprete dessa trama, foi personagem de inegável importância de seu capítulo mais interessante, homem de Estado que lutou como pôde para mudar o rumo das coisas, mesmo plenamente consciente das barreiras que tinham que ser vencidas. Foi, assim, a seu modo, fiel às suas descobertas, ditando a agenda que deveria ser cumprida para que o país se libertasse da condição de refém dos acasos da acumulação capitalista mundial, realizando todas as potencialidades aqui objetivamente inscritas.”(PAULANI, 2001)

A respeito da sua preocupação com o Brasil, ressalta Francisco de Oliveira:

Valorizar o nacional não é populismo, nem xenofobismo. Pois o espaço nacional é ainda a forma onde se pode construir um processo democrático, colocando a possibilidade concreta de intervenção do povo e das classes sociais dominadas ao alcance de suas possibilidades civis e políticas. (...) A Concepção de Celso Furtado não é nacionalista, nem populista: trata-se de uma concepção

³ A referência é a defesa veemente de Keynes da necessidade de uma instância reguladora do capitalismo global. Este assunto ainda está da pauta das discussões, embora conte sempre com a oposição decisiva dos EUA.

⁴ Evidentemente, não queremos com esta referência dizer que o único interprete brasileiro com esta característica é Celso Furtado. No entanto, ele nos parece ser um dos casos que merecem destaque. Há, também, exemplos notáveis de intérpretes de nossa realidade social que não têm a preocupação marcante com o futuro e, não obstante, são indispensáveis, como nos parecem ser os casos exemplares de Florestan Fernandes e Raimundo Faoro.

⁵ Formação Econômica do Brasil encontra-se na sua 33ª. Edição. A primeira edição é de 1959.

democrática, ao lutar por um espaço onde é possível, nada estando assegurado, a interlocução entre sujeitos sociopolíticos-econômicos de peso tão fantasticamente diferentes. (OLIVEIRA, 2001:219)

Maria da Conceição Tavares em depoimento que é parte do filme-documentário sobre Celso Furtado⁶, dirigido por José Mariani, diz que ele se distingue por pensar o Brasil para instrumentalizar sua ação como homem público, no sentido republicano do termo. Traduzindo: em Celso Furtado a interpretação está a serviço da construção do futuro da Nação, uma espécie de utopia pragmática, feita a partir de uma leitura histórica da constituição do País, de sua economia, mas com os olhos assentados no horizonte possível do seu desenvolvimento. Embora o desalento possa ter tomado conta de Celso Furtado ao pressentir o final de sua vida (missão), seus últimos escritos voltam-se coerentemente para a utopia.

Em a “Busca de Novo Horizonte Utópico”, capítulo inicial do livro “O Longo Amanhecer” (1999), Celso Furtado constata, mais uma vez, que o Brasil, leia-se os seus sucessivos governos federais (nos seus termos as elites brasileiras) desde o início dos anos 1980, vem abdicando de uma perspectiva de desenvolvimento minimamente autônoma, em favor de um padrão de inserção definido pelas “estruturas internacionais de poder”. Em contraposição, e a partir de uma síntese sua a respeito do capitalismo global dos tempos atuais, Celso Furtado sustenta:

“Em uma época de transição como a atual, o mais importante é preservar a margem de autonomia que nos permita utilizar o peso internacional do Brasil para mobilizar e coligar forças na defesa dos interesses de povos que lutam para preservar sua independência. A economia mundial é um sistema de poder engendrado historicamente, portanto, em transformação. Este poder pode ser virtual: o caso do Brasil é típico pela diferença que existe entre o poder que permanece virtual e aquele que se realiza plenamente. Em nenhum momento de nossa história foi tão grande a distância entre o que somos e o que esperávamos ser.”(pág. 26)

Este artigo propõe-se a exercitar, tão proximamente quanto possível, os termos de Celso Furtado nesse texto emblemático de sua visão de mundo e do seu próprio papel, isto é, a dimensão do hiato entre a leitura concreta do presente e o que seria a utopia do possível. Como será mais a frente tratado, isto mostra categoricamente a sua condição diferenciada de intelectual que percebe os processos quando esses ainda estão em desenvolvimento precoce.

⁶ O documentário O Longo amanhecer - cinebiografia de Celso Furtado, de José Mariani, recebeu a Menção Honrosa no Festival Internacional de Documentários [«É tudo verdade»](#). O filme foi lançado em circuito comercial em novembro de 2007.

Na primeira seção, tratamos da sua visão do capitalismo global, especialmente da sua natureza ambígua, pois para Celso Furtado, não obstante a deterioração das condições sociais na periferia, há potencial não aproveitado nas transformações recentes. Na segunda seção, tratamos da condição de inserção da periferia do sistema, particularmente da América Latina e do Brasil. Finalmente, chegamos ao desenho do que seria um futuro possível.

A natureza do capitalismo global

Celso Furtado, já o dissemos, focaliza sempre o processo histórico. Para ele, o capitalismo global que se constituiu a partir da implosão do bloco socialista, liderado pela União Soviética, é resultado de um processo histórico. O seu plano de análise não chega a configurar uma temporalidade longa (*longue durée*), mas certamente caracteriza uma análise mais ampliada que o conceito tradicional de longo prazo consegue alcançar.

Assim, a análise da configuração do capitalismo global tem como referência inicial o Consenso Keynesiano, que teve vigência no período do pós Segunda Guerra Mundial. E aí concentra seu esforço de apreensão nas “estruturas de poder”:

“A primeira fase de implantação do capitalismo industrial foi marcada pela crescente ascensão das forças sociais que lutavam pelos ideais do bem-estar social. Essas lutas levaram, no século que termina, à implantação ocasional dos ideais socialistas sob a forma de planificação centralizada e, mais freqüentemente, de aumento da participação do Estado na alocação da renda social, conforme o ideário social-democrata. Em ambos os casos prevalece a consecução do objetivo de maximização do bem-estar social. Certo, a planificação centralizada, em razão do quadro histórico em que foi implantada, não conheceu evolução política, o que explica sua crescente perda de criatividade e seu final abandono.

A prática da social-democracia produziu resultados bem diversos: a exacerbação da competitividade levou a criatividade a extremos, com hipertrofia da inovação de produtos, o que alimenta o consumismo. Nisso funda o aumento do poder do capital e a tendência à sua participação crescente na apropriação da renda. Assim, o capitalismo avançado tendeu a concentrar a renda e, subseqüentemente, o capital. O ideal Keynesiano de pleno emprego foi abandonado, o que acarretou a degradação do tecido social com aumento da criminalidade e enfraquecimento da coesão comunitária.

A tendência à subutilização do capital explica a grande disponibilidade de recursos líquidos para investir no exterior, o que está na raiz da globalização. Com efeito, esta resulta da ação conjugada de dois vetores: o reforço da oferta de recursos para investir no exterior, que se observa nos países de capitalismo avançado, e a orientação dada a esse processo pelas empresas transnacionais.” (págs 14-15)

A globalização é assim resultado de um processo histórico contraditório. O notável avanço da produção de mercadorias num contexto de expansão do emprego e, particularmente, do consumo engendra inovação em produtos, que por sua vez engendra o consumismo, que consiste no uso exacerbado dos recursos para além dos benefícios sociais que o progresso técnico permite. Num contexto histórico de domínio das estruturas de poder, nacionais e internacionais, pelo capital ocorre inevitavelmente a concentração da renda e do próprio capital.

Há elementos implícitos nessa análise. O primeiro deles é a crença na viabilidade do capitalismo regulado, nos termos propostos por Keynes na discussão da ordem capitalista do pós Segunda Guerra. Caso vingasse a idéia de uma regulação internacional do capital, e do dinheiro, entende Celso Furtado que o foco da política econômica no pleno emprego poderia ser mantido, e com ele uma base de aumento do consumo mais consistente com as “necessidades sociais”. Por outro lado, o foco no pleno emprego daria espaço para uma diferenciação da política econômica em diferentes realidades sociais, como é o caso dos países subdesenvolvidos.

O segundo elemento implícito tem a ver com os efeitos perversos da concentração da renda e do capital. A concentração aumenta o poder do capital de influenciar os rumos do capitalismo global, sobretudo num contexto histórico em que o socialismo sucumbe à sua própria incapacidade política de viabilizar-se. O resultado é um processo de globalização desenhado exclusivamente pela ótica das necessidades da expansão da acumulação de capital, esgarçando o tecido social: “sobram” recursos líquidos, que se tornam itinerantes, sem compromisso com as condições sociais nacionais.

*Não é fácil captar o sentido das profundas modificações estruturais que conduziram à emergência de um sistema econômico planetário. Existe consenso de que as atividades econômicas se articulam crescentemente em escala planetária num processo que tem como contrapartida o cumprimento da famosa tese de Marx de dissolução do que se entende como Estado nacional, instituição que historicamente manteve o monopólio da legitimidade do exercício da violência. As funções que atualmente exerce o Estado não desapareceriam propriamente, mas assumiriam outra forma, sem ligação direta com espaços geográficos e demográficos definidos. Essa transformação seria cumprida independentemente de um projeto político, como um processo evolutivo natural, conduzido pela **roda da história**, conforme a visão determinista do século passado. Não se trata da formação de novo império de amplitude planetária, e sim da superação dos resquícios dos poderes imperiais mediante a prevalência da racionalidade formal que conduz à maximização da eficiência no uso dos recursos escassos. (pag. 15)*

A referência à tese de Marx é certamente indevida⁷, mas serve para mostrar que Celso Furtado enxerga um sentido maior nas modificações estruturais que conduziram à emergência de um sistema planetário. Seu pensamento completa-se nos parágrafos que se seguem:

*Essa visão utópica constitui tão-somente um exercício de lógica inspirado no princípio de que o progresso é imanente à vida social e se manifesta sempre que o homem se deixa guiar pela razão. A globalização seria, portanto, a porta de acesso à estrada real que conduz ao uso pleno das potencialidades humanas, ou, para usar um conceito moderno, sinalizaria o **fim da história**.*

A economia capitalista buscou desde cedo a frente externa para expandir-se. A abertura para as transações internacionais alcançou grande intensidade no meio século que antecedeu a Primeira Guerra Mundial e os investimentos, particularmente em títulos, têm crescido mais do que o comércio internacional já há alguns decênios. O que é realmente novo é a montagem de um sistema produtivo transnacional e global cujo dinamismo se traduz em novo desenho na alocação geográfica dos recursos e em forte concentração social da renda. (pag. 16)

A partir desta formulação do sistema capitalista global, há uma interpretação da condição de inserção dos países, digamos, periféricos. O elemento central desta interpretação continua sendo, como é característico da sua obra, os processos de industrialização.

A periferia do sistema

Em a “Formação Econômica do Brasil”, lembremo-nos, Celso Furtado mostra a natureza da transição ao capitalismo em países que tiveram como base um sistema colonial. No caso do Brasil, em particular, a economia caracterizava-se como de “enclave”, isto é, como uma economia em que o circuito da renda não se completava endogenamente, mas sim na metrópole. Desta forma, ao invés de um progresso das forças produtivas, ocorria uma expropriação de riqueza, com estagnação social. O processo de industrialização que se estabeleceu na América Latina no século passado alterou significativamente o quadro das economias nacionais, pois permitiu a internalização do circuito da renda. A industrialização

⁷ A referência é indevida pela mecanicidade do processo. Em Marx nada está previamente garantido, sendo a história resultado a um só tempo da criatividade e da luta social dos homens. Em diversas passagens da obra de Marx há um exercício de possíveis desdobramentos, que afinal justificam a indicação dele como aquele que melhor apreendeu o processo histórico do seu tempo. Portanto, o determinismo é uma leitura superficial da sua concepção da história.

substituiu produtos importados por produtos nacionais, expandindo o emprego e a renda nacionais. Contudo, seria um processo datado historicamente, com começo, meio e fim.⁸

O modelo de industrialização substitutiva de importações estava longe de haver esgotado suas possibilidades como motor do crescimento, particularmente nos países de mercado interno de dimensões médias e grandes. No caso do Brasil, que mantém grande disponibilidade de solos aráveis subutilizados e acentuada heterogeneidade social, o caminho mais curto para o desenvolvimento continuará a ser por muito tempo o dinamismo do mercado interno. Certo, este não é o caso da grande maioria dos países do Terceiro Mundo, que dependem de integração sub-regional e/ou de privilegiar alguma atividade que se beneficie de vantagens comparativas estáticas para aumentar sua inserção no comércio internacional. Exemplos do primeiro caso são o Uruguai e o Paraguai que, ao entrarem para o Mercosul, removeram o maior constrangimento ao crescimento, que é a estreiteza do próprio mercado interno. Exemplo do segundo caso é a opção por uma zona de processamento, como se observa em países centro-americanos, o que permite utilizar mão-de-obra semi-qualificada e barata, num processo de inserção no grande mercado dos Estados Unidos. (pag. 17)

Claro está que a leitura de Celso Furtado não é formalista, tampouco dogmática. Entende ele que as condições históricas de desenvolvimento efetivamente mudaram, de maneira que não faz sentido um modelo único de desenvolvimento, numa espécie de mimetismo social, seguindo-se o que prevalece para o conjunto dos países. Tampouco haveria um sentido obrigatório em se mudarem as referências do desenvolvimento nacional histórico. Ao Brasil estaria ainda aberta a via do crescimento pelo mercado interno.

A experiência nos ensina que o modelo de desenvolvimento deve ser concebido a partir das peculiaridades de cada país, tendo em conta os constrangimentos do quadro internacional. Ora, o que estamos testemunhando é o dismantelamento do modelo que permitiu a inserção de países da América Latina no processo de industrialização e a adoção acrítica de uma política econômica que privilegia as empresas transnacionais, cuja racionalidade somente pode ser captada no quadro de um sistema de forças que transcende os interesses específicos dos países que o integram. Trata-se de prescindir de políticas nacionais de desenvolvimento, porquanto a estratégia das grandes empresas transnacionais se sobrepõe ao âmbito de visão dos atores nacionais.

A primeira observação a fazer diz respeito ao tipo de racionalidade econômica que tende a prevalecer. O conglomerado transnacional que planeja a alocação de recursos parte de uma visão da disponibilidade destes, à qual escapa a percepção dos valores que cimentam as nacionalidades. Em outras palavras: somente os sistemas sociais estão em condições de ordenar a hierarquização dos valores substantivos. As atividades econômicas ordenadas pelos mercados traduzem valores dos indivíduos, microeconômicos, que são necessariamente heterogêneos e não-adicionáveis, exceto mediante uma redução quantitativa. O valor de um pedaço de pão, para um faminto, não pode ser medido com a mesma escala com que se afere o valor da comida de quem nunca sentiu verdadeira fome. Esse exemplo extremo nos permite perlustrar a complexidade do problema. (pags. 18 e 19)

⁸ No caso do Brasil, por exemplo, toda a discussão social que ocorreu por ocasião dos governos de Fernando Henrique Cardoso, no período de 1995 a 2002, esteve sustentada na convicção (da parte do governo e das elites) do esgotamento do processo de industrialização por substituição de importações.

Está aqui colocado o que pode ser entendido como o núcleo do pensamento de Celso Furtado. Embora não tenha feito nenhum estudo sistemático das possibilidades de êxito de uma ordem social alternativa, semelhante ao “socialismo real” em vigência no século passado até os anos 1980, nas entrelinhas do seu pensamento há uma opção definida pelo “sistema capitalista”, não obstante suas perversidades. A razão desta opção não está propriamente nas virtudes sociais desse sistema, mas numa admiração contida na capacidade do mesmo em potencializar a produção.

Vale registrar que no período em que Celso Furtado molda o próprio pensamento há um notável dinamismo econômico capitalista, mas há também uma expansão considerável da população do planeta⁹. A sua visão progressista se apresenta quando ele avalia a extensão dos benefícios que poderiam ser gerados por uma regulação econômica central, nos termos propostos por Keynes, para aquilo que seria o Terceiro Mundo, isto é, para a periferia estagnada do sistema. Para além da “regulação keynesiana”, acredita Celso Furtado na possibilidade de regulação pela via política, sustentada em valores humanos mais elevados, bem distantes da “lógica microeconômica”. Esta última poderia causar estragos sociais significativos.

A empresa transnacional que agencia recursos originários de diversos sistemas produtivos (mão-de-obra, tecnologia, matérias-primas, encargos financeiros, etc.) pretende apoiar-se em critérios racionais. Mas, como ignorar que com frequência se trata de integrar valores substantivos, tarefa que pressupõe a existência de uma política de desenvolvimento nacional? Tornar compatíveis esses objetivos é tão mais difícil quanto mais heterogênea for a sociedade. Ali onde prevalece a racionalidade formal das empresas transnacionais sempre existe uma ampla margem de atividades disfuncionais. Com efeito, o avanço das empresas transnacionais nas economias que iniciaram sua industrialização ao impulso da substituição das importações assume a forma de degradação de segmentos importantes do tecido produtivo, com ampla criação de desemprego.

Aqui fica patente a dificuldade de acompanhar o pensamento de Celso Furtado na sua amplitude máxima. Talvez seja essa mesma dificuldade a responsável pela ausência de seus escritos dos programas das disciplinas consideradas teóricas nos cursos de economia, particularmente a disciplina de desenvolvimento sócio-econômico, que é justamente aquela de preferência do nosso autor. Não há mediações e rigor teórico na formulação, talvez porque

⁹ A taxa de crescimento da população do mundo ficou acima de 1,7% a.a. a partir de 1962 até o final dos anos 1980, com pico máximo de 2,13% a.a. em 1971. A população total passou de 3 bilhões de pessoas em 1962 para 5,3 bilhões de pessoas em 1990, portanto, quase o dobro. De 1990 para frente, há uma queda no crescimento populacional até alcançar 1,2% em 2004. Neste mesmo ano, a população mundial era de 6,4 bilhões de pessoas.

este mesmo rigor impusesse um limite ao pensamento, que Celso Furtado sempre se negou a admitir.

Ao campo crítico da economia não valeria o argumento de uma possível racionalidade formal, técnica, das empresas, que imporiam uma padronização de rotinas e procedimentos num ambiente social marcadamente desigual e heterogêneo. Ali valeria a constatação de que a ordem social capitalista não se funda na busca pelo bem-estar social, mas sim pela lógica da acumulação de capital.¹⁰ Portanto, o “campo crítico” projeta um cenário muito mais pessimista do que o faz Celso Furtado, condicionando o futuro melhor, promissor, à superação da ordem social vigente.

*A doutrina corrente nos apresenta a globalização como um **imperativo tecnológico**, portanto, inescapável para as economias que aspiram a desenvolver-se. Não perceber essa realidade seria submeter-se de forma acrítica aos preceitos ricardianos dos custos comparativos. Ora, a luta contra o subdesenvolvimento só foi possível quando se superou essa visão dogmática da divisão internacional do trabalho. O horizonte tecnológico indica a direção do crescimento e abre um campo de opções. Cabe à política econômica definir seu balizamento. A globalização avançou com grande ímpeto nos decênios que se seguiram à Segunda Guerra Mundial graças à política de abertura dos mercados protagonizada pelos países sedes das grandes empresas transnacionais, que controlam instituições como o antigo GATT e a atual Organização Mundial do Comércio. Em outras palavras, o fator político, juntamente com a orientação da tecnologia, deram ao processo histórico um sentido crescentemente favorável às empresas transnacionais. (pags. 20 e 21)*

De algum modo, Celso Furtado está convicto de que a política de desenvolvimento nacional é necessária e possível, mesmo num mundo globalizado. Aqui valem dois registros. O primeiro é que neste aspecto, a defesa da perspectiva nacional, há uma sintonia com o pensamento dos movimentos sociais e partidos políticos de esquerda (do Brasil e da América Latina) que vêem na política nacional uma forma de influenciar e conter o avanço capitalista e a deterioração do tecido social. Contudo, e aí vem o segundo registro, para Celso Furtado, a política nacional é o pavimento do caminho futuro de progresso social, construído sob a avaliação concreta da diversidade das economias e das nações em confronto com a uniformidade do capital multinacional.

*Não resta dúvida de que essas transformações estruturais dos sistemas econômicos têm impactos desiguais nos países que as vivem. Aqueles de dimensões econômicas médias ou pequenas, como o Chile e a Costa Rica, podem com facilidade tirar vantagem do novo estilo de integração internacional, beneficiando-se de vantagens comparativas clássicas no quadro de **zonas de processamento**. É fácil perceber que o fundamento da divisão geográfica do trabalho que está na base*

¹⁰ Aqui estamos incorrendo numa simplificação do que seria o “campo crítico”, uma vez que há matizes diversos. Apenas procuramos contrapor à lógica do pensamento de Celso Furtado outra lógica em que se avalia a ordem social capitalista não apenas pelos seus efeitos visíveis, mas pela sua potencialidade benéfica (aumento da produção) e perversa (aumento da desigualdade).

desse intercâmbio é, em última instância, a diversidade da remuneração da mão-de-obra. Sendo assim, a preservação desse intercâmbio depende da persistência nas desigualdades do custo do trabalho. O único intercâmbio entre iguais seria aquele que se funda na diversidade de dotação de recursos naturais.

À medida que desaparecem as barreiras tarifárias, surge um tecido de atividades econômicas comandadas por empresas que fundam o seu poder no controle da inovação e na proteção do Estado nacional. A combinação de recursos políticos e inovação tecnológica facilita o acesso aos mercados financeiros. A empresa transnacional recruta recursos produtivos em escala global e está em condições de combinar mão-de-obra de baixo preço com trabalho altamente especializado, e pode minimizar os custos financeiros e maximizar a remuneração do capital. Trata-se de uma organização horizontal que opera mediante associações variadas de alcance planetário. E essas organizações são entidades de direito privado, sem responsabilidade pública que não sejam aquelas aceitas voluntariamente.

A formulação e implementação de um projeto nacional exige uma compreensão da forma de operação das empresas transnacionais, que são os agentes que dão a direção do processo de desenvolvimento em escala global. Celso Furtado entende que esta condição privilegiada está intimamente ligada ao domínio das novas tecnologias, associada a independência das condições sociais próprias dos espaços nacionais. Para além desta independência em termos de responsabilidade e compromisso social, há ainda a mobilidade do aparato produtivo em níveis nunca antes observados. Assim, à flexibilidade própria do capital dinheiro soma-se a flexibilidade da produção.

As repercussões dessa condição “privilegiada” sobre as estruturas de poder são evidentes, particularmente as estruturas nacionais. A responsabilidade de coordenação das economias nacionais, do controle social (monopólio da violência), e dos serviços públicos impõe aos Estados a contingência da ação imediata, solapando o espaço para o planejamento de horizonte mais largo. Neste sentido, há uma subordinação mais direta dos Estados nacionais às imposições do capital.

Este é um dos elementos teórico-históricos menos trabalhados por Celso Furtado, não obstante seja um dos mais ricos na captura do processo histórico de desenvolvimento. Ele não incorpora, aparentemente, autores que tratam da natureza do Estado capitalista, deixando ao leitor a responsabilidade de buscar as necessárias mediações. A relação estrutural dos âmbitos da acumulação de capital e dos Estados transpira de sua análise histórica, sem que seja, contudo, explicitada.

O desafio que se apresenta atualmente é o de identificar a lógica imanente ao agenciamento de recursos por esses complexos transnacionais. Trata-se de novas formas de estruturação do poder capazes de sobrepor-se aos sistemas tradicionais que são constituídos por empresas privadas de atuação local e o Estado nacional. Sua força decorre principalmente da posição de vanguarda

tecnológica que ocupam e da possibilidade que têm de mudar a localização de unidades produtivas em função dos custos relativos dos insumos e de alterações nas taxas de câmbio e de juros. Em síntese, a estratégia de uma empresa transnacional é algo de grande complexidade e pressupõe um forte entrosamento com as estruturas de poder político sobre as quais tem crescente influência. Explica-se assim o debilitamento do poder sindical e o declínio das políticas de pleno emprego. Surge uma crescente margem de flexibilidade na administração dos salários, o que engendra uma tendência a concentração de renda que se universaliza. Em síntese, as modificações fundamentais que estão ocorrendo têm lugar na esfera política de decisões, esfera que escapa à análise rigorosamente econômica. Isso explica o aparente atraso da análise econômica na captação das mudanças em curso.

Aqui transparece por inteiro o pensamento humanista de Celso Furtado. Para ele, a superação do domínio global das empresas multinacionais é possível pela via política, nos níveis nacional e internacional. Neste sentido, ele se soma àqueles que crêem no sucesso da conscientização social pela via do resgate de valores humanos mais elevados. Trata-se de uma diferença de fundo com práxis dos movimentos sociais de esquerda, que aspiram uma ordem social alternativa pela via revolucionária.¹¹ Esses movimentos têm natureza anticapitalista, portanto não aspiram mudanças na ordem social que venham a configurar um progresso social, porque entendem que no horizonte mais largo haverá inexoravelmente um retrocesso.

Antes de concluir o seu pequeno artigo com sugestões de ações estratégicas, Celso Furtado detalha um pouco mais a sua leitura das condições deste começo de século. Começa por dizer que as políticas econômicas em curso tendem a ser uniformizadas para evitar “formas bastardas de concorrência”, ao tempo em que a política monetária perde relevância pelo avanço do processo de dolarização, que estaria adiantado na maioria dos países. O monitoramento político deste processo é levado a diante pelas empresas transnacionais, sobretudo as norte-americanas. A ação dessas empresas estaria sustentada sincronicamente em três objetivos estratégicos:

- a) Busca de eficiência, o que significa dar ênfase à tecnologia intensiva de capital, com vistas a competir nos mercados mais sofisticados;
- b) Busca de matérias-primas visando abrir ao exterior o setor produtivo de minerais e combustíveis;
- c) Abertura dos mercados financeiros, das telecomunicações, da eletricidade e da distribuição de gás.

¹¹ O sentido do termo revolucionário é de transformação essencial da ordem social, independente da sua forma, seja pela via da luta política ou pelas armas.

Caso essa ação se viabilizasse por inteiro haveria uma efetiva integração das economias latino-americanas, emergindo o dólar como moeda comum e assumindo os Estados Unidos as funções de banqueiro central.

Evidentemente, olhando hoje para o começo da década de 2000 sabemos que essa ação não se concretizou na dimensão apontada por Celso Furtado. Todavia, houve claramente um movimento político-diplomático nesta direção, que só não foi completado pela intensidade dos efeitos perversos das políticas neoliberais. O aumento do desemprego, a queda na qualidade do emprego pela expansão relativa do setor de serviços em detrimento do industrial, o aumento significativo da exclusão social, configurada por uma parcela crescente das populações nacionais que não tem acesso aos elementos de sociabilidade capitalista (mercado, emprego e serviços públicos), todos esses elementos potencializaram a tensão social, mitigando a extensão e intensificação das políticas neoliberais para além dos anos 1990¹².

Seguindo em frente, Celso Furtado antecipa o que pode ser entendido como o dilema atual do Brasil e de outros países em estágio de desenvolvimento e tamanhos econômico e geográfico comparáveis: optar pela linha mais fácil de renunciar a um projeto próprio, ou lutar para abrir caminho no sentido de privilegiar o desenvolvimento do mercado interno. O segundo caminho exigirá o acesso à vanguarda tecnológica e será mais custoso, mas o desenvolvimento será mais autogerido e as forças que apóiam mudanças sociais, mais participativas. Neste caso, afirma convicto Celso Furtado, a história desses países estaria longe de se apresentar como uma história concluída.¹³

A utopia pragmática

¹² Aqui nos referimos à intensificação das políticas neoliberais, às sucessivas agendas, que impunham mudanças institucionais recorrentes, sempre em busca exclusiva do dinamismo dos mercados. Contudo, as políticas neoliberais continuam dominando, embora com algumas reversões. São exemplos de reversão as políticas de alguns países da América Latina, especialmente Venezuela e Bolívia.

¹³ O contraponto está feito com as idéias de Francis Fukuyama (**O fim da história e o último homem**), que serve como emblema de uma visão mais ampla de que o capitalismo teria chegado à sua fase de desenvolvimento máximo. Segundo ele, a progressão da história da humanidade como uma luta entre ideologias teria chegado ao fim, com o mundo se conformando em torno da democracia liberal.

A indicação dos caminhos do desenvolvimento nacional parece bem clara, até porque ela se desdobra das atividades de Celso Furtado como homem público, que sempre buscou uma ação forte da política nacional, além de ser mentor e defensor histórico de um projeto de desenvolvimento nacional. Porém, persiste a pergunta: é possível a implementação de um projeto nacional no mundo em que vivemos?

Essa resposta está ausente desse pequeno texto de Celso Furtado, e talvez do conjunto da sua obra. A resposta pertence ao “mundo da utopia”, que não é um mundo necessariamente harmônico e, por natureza, não muito bem definido¹⁴. O foco da ação política deste homem público é o âmbito nacional. Ele acredita na autodeterminação dos povos, na diversidade econômica e cultural, ao tempo em que aspira os valores humanos mais elevados, mas não detalha o seu pensamento.¹⁵ Não por outra razão, vamos encontrar uma passagem esclarecedora a esse respeito num de seus últimos trabalhos sobre o desenvolvimento brasileiro, sobretudo do que chama um “novo modelo de desenvolvimento”:

Necessitamos de instrumentos para remover os obstáculos à atividade criativa, venham estes de instituições venerandas que se dizem guardiãs da herança cultural, de comerciantes travestidos de mecenas ou do poder burocrático. Trata-se, em síntese, de defender a liberdade de criar, certamente a mais vigiada e coartada [limitada, restringida] de todas as formas de liberdade. Portanto, essa terá que ser uma conquista do esforço e da vigilância daqueles que crêem no gênio criativo do nosso povo.”(pags. 39 e 40)¹⁶

¹⁴ A utopia define-se, na sua origem, como um mundo imaginário: “país imaginário, criação de Thomas Morus (1480-1535), escritor inglês, onde um governo, organizado da melhor maneira, proporciona ótimas condições de vida a um povo equilibrado e feliz.” (Dicionário Aurélio) Assim, as utopias nas ciências sociais nunca são suficientemente descritas, até porque não estão suficientemente pensadas, pois o “pensar” exige o “fazer”. Na perspectiva sociológica a utopia define-se apenas como uma situação ideal. Certamente, a utopia furtadiana tem o mesmo sentido. Todavia, a natureza pragmática de Celso Furtado o empurrava constantemente para o âmbito nacional, e aí que estão mais bem desenhadas as suas idéias.

¹⁵ Esses valores humanos mais elevados poderiam ser aqueles mesmos valores de Marx, para quem o potencial criativo do homem é ilimitado, e precisa ser libertado das correias do capitalismo para que a sociedade avance. É a capacidade humana de transformar o mundo para melhorar as suas condições de vida. “O **humanismo marxista** é uma linha interpretativa de textos de Marx, geralmente oposta ao materialismo dialético de Engels e de outras linhas de interpretação que entendem o marxismo como ciência da economia e da história. É baseado nos manuscritos da juventude de Marx, onde ele crítica o idealismo Hegeliano que coloca o ser humano como um ser espiritual, uma autoconsciência. Para Marx o ser humano é antes de tudo um ser natural, assim como já havia dito Feuerbach, mas, diferentemente deste, Marx considera que o ser humano, diferente de todos os outros seres naturais, possui uma característica que lhe é particular, a consciência, que se manifesta como saber. Como nos diz Salvatore Puledda a respeito disso em seu livro "Interpretaciones del Humanismo", "Através de sua atividade consciente o ser humano se objetiva no mundo natural, aproximando-o sempre mais de si, fazendo-o cada vez mais parecido com ele: o que antes era simples natureza, agora se transforma em um produto humano. Por tanto, se o homem é um ser natural, a natureza é, por sua vez, natureza humanizada, ou seja, transformada conscientemente pelo homem.”” (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Humanismo>)

¹⁶ Este trecho foi extraído do livro “Em Busca de um Novo Modelo – reflexões sobre a crise contemporânea”, num capítulo intitulado “Que futuro nos aguarda?, a propósito da discussão da política cultural, mas ele se aplica perfeitamente ao tema deste artigo. Neste mesmo livro, em outro trecho, há uma pista igualmente importante: “O processo de mudança social que veio a ser conhecido como desenvolvimento econômico somente é apreendido em toda a sua complexidade quando o relacionamos com a idéia de

Uma exegese de seu pensamento pode ser que o detalhamento da sua utopia poderia eventualmente comprometer a ação do homem público, este inteiramente voltado para aquilo que poderia ser imediatamente realizado, ou pelo menos iniciado. Assim, o detalhamento, a conformação do seu pensamento está simbolicamente assentada na idéia de que o projeto nacional é imperativo no mundo contemporâneo. Ele é a garantia, a esperança, de que a Nação terá espaço e influencia num mundo por construir. O argumento, sinteticamente apresentado, é o seguinte:

O objetivo que começa a definir-se é o de caminhar para a instituição de uma Autoridade Financeira mundial, que poderá ou não ser tutelada pelas economias dominantes.

Estas se preparam para assumir o controle das atividades monetárias dos chamados emergentes.

A consciência de que as estruturas atuais expõem povos ricos e pobres a crises de custo social crescente está na origem de múltiplas iniciativas para que se realize um esforço comum de reconstrução institucional. Para avançar neste terreno se requerem espírito de cooperação, visando a conciliar interesses divergentes, e espírito de luta a fim de que os que ocupam posição de poder e têm mais amplo acesso às fontes estratégicas de informação não obriguem os fracos a aceitar mais um desses Diktats responsáveis por tantas tragédias históricas. (pag. 26)

E aí chegamos ao ponto de poder, eventualmente, entender o porquê da ausência dos livros de Celso Furtado dos programas das disciplinas de desenvolvimento econômico nos cursos de economia do Brasil. Em parte, essa compreensão foi antecipada: Celso Furtado pensa, escreve, age para influenciar diretamente os rumos da sociedade brasileira. A sua reflexão não se encaixa nas Escolas de economia brasileiras, que vêm sendo pressionadas de diversas formas a adotar padrões (paradigmas) internacionais.¹⁷ Ao contrário, para ele, como vimos de citar, a criatividade deve ser liberta dos obstáculos impostos pelos interesses estabelecidos. E isto, certamente, não se encaixa na prática acadêmica dos dias de hoje, onde os veículos da produção intelectual definem o que deve ou não ser disseminado.¹⁸ Assim, para concluir este artigo, vale a repetição de uma frase presente na primeira citação que

criatividade. Simplesmente para reproduzir-se as sociedades humanas necessitam de meios de defesa e adaptação, cuja eficácia reflete a aptidão de seus membros para o pensamento abstrato e para tomar decisões em face da incerteza.” (pag. 53)

¹⁷ O exemplo mais relevante disto é a consolidação do sistema nacional de pós-graduação, sob a coordenação da CAPES. Este sistema foi responsável por enormes avanços na pós-graduação brasileira. Contudo, particularmente nas ciências sociais, os efeitos benéficos foram já superados pela perversidade da imposição de um ritmo acelerado da produção intelectual, característica marcante do sistema universitário americano. Aí prevalece a quantidade sobre a qualidade.

¹⁸ Esta observação talvez se situe dentre aquelas em que a crítica não abre espaço para uma prática alternativa. Não há opção visível ao sistema de publicação com pareceristas. Mesmo assim, cabe a constatação de que o sistema coíbe o exercício da criatividade, pois é o conhecimento estabelecido e reproduzido nos centros acadêmicos que norteia a filtragem da produção.

fizemos de Celso Furtado: “em nenhum momento de nossa história foi tão grande a distância entre o que somos e o que esperávamos ser”. A frase vale para o nosso nível de desenvolvimento econômico, mas pode perfeitamente se encaixar como expressão de nossa falta de criatividade.

Referências bibliográficas

- Bresser-Pereira, L.C. e Rego, J.M. (orgs) (2001) **A grande esperança em Celso Furtado**. São Paulo: editora 34.
- Paulani, L. M. (2001) “A utopia da nação: esperança e desalento”. In Bresser-Pereira, L.C. e Rego, J.M. (orgs) (2001) **A grande esperança em Celso Furtado**. São Paulo: editora 34, pp 139-156.
- Oliveira, F. (2001) “Um republicano exemplar”. In Bresser-Pereira, L.C. e Rego, J.M. (orgs) (2001) **A grande esperança em Celso Furtado**. São Paulo: editora 34, pp 217-220.
- Furtado, C. (1999) **O longo amanhecer – reflexões sobre a formação do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra.
- Furtado, C. (2002) **Em busca de um novo modelo – reflexões sobre a crise contemporânea**. 2ª. Edição; São Paulo: Paz e Terra.
- Furtado, C. ([1959] 2007) **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras
- Marx, K ([1951] 1983) **Contribuição para uma crítica da economia política**. São Paulo: Fontes.
- Fukuyama, F. (1992) **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco.